

# O RIO DE JANEIRO E O DISCURSO MIDIÁTICO DO CHOQUE DE ORDEM: O CONTROLE SOCIAL NA VIDA URBANA

Fernando Antonio da Costa Vieira & Ítalo Pires Aguiar

Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro

DOI: 10.25768/21.04.01.004

**RESUMO:** O presente artigo irá analisar o atual processo de reurbanização vivenciado na cidade do Rio de Janeiro por conta dos grandes eventos esportivos, em especial, os jogos Olímpicos de 2016. Estudamos a construção histórica dos projetos urbanizadores no Rio de Janeiro ao longo dos séculos XX e XXI e analisamos a relação entre as políticas de urbanização e a inserção do Brasil no capitalismo internacional. Concluímos que cada processo de modernização urbana é acompanhado por políticas de controle social e exclusão das classes populares visando afastar essas classes perigosas das áreas valorizadas economicamente. Para a concretização desse processo foi necessário a implantação de uma política pública de controle social, denominada de Choque de Ordem. Sua função era garantir um modelo de ordem que atendesse às dinâmicas de um novo modelo de cidade, a cidade mercadoria. Esse será o eixo norteador do presente trabalho. O caminho a ser percorrido pelo texto basear-se-á nos documentos produzidos pela Prefeitura do rio de Janeiro, pelas notícias publicadas na mídia carioca acerca do impacto do choque de ordem e o cotejo com os trabalhos produzidos sobre o novo modelo de cidade mercadoria.

**PALAVRAS-CHAVE:** urbanização; controle social; repressão; exclusão; Rio de Janeiro.

**ABSTRACT:** This article will analyze the current process of urbanization experienced in the city of Rio de Janeiro, for the account of major sports events, in particular, the 2016 Olympic Games. We studied the historical construction of urban projects in Rio de Janeiro during the 20th and 21st centuries and we analyzed the relation between the policies of urbanization and the insertion of Brazil in the international capitalism. We conclude that each urban modernisation process is accompanied by policies of social control and exclusion of popular classes aiming to move these dangerous classes of areas valued economically. For the implementation of this process, it was necessary to the implementation of a public policy of social control, called clash of order. Its function was to ensure a model of order that meets the dynamics of a new model of city, the city of merchandise. This will be the guiding axis of this work. The path to be followed by the text will be based on documents produced by the city of Rio de Janeiro, the news published in the media in Rio about the impact of the shock of order and comparing with the works produced on the new model of city merchandise.

**KEYWORDS:** urbanisation; social control; repression; exclusion; Rio de Janeiro.

## Índice

Apresentação . . . . .	2
1 Tessitura da cidade moderna capitalista . . . . .	3
2 O Choque de ordem e o discurso ordenador . . . . .	7
3 Percepções midiáticas do Choque de ordem . . . . .	10
Conclusão . . . . .	12
Bibliografia . . . . .	12

## Apresentação

A CIDADE do Rio de Janeiro vivenciou desde que foi indicada sede dos Jogos Olímpicos de 2016, além de uma das sedes da Copa do Mundo do Brasil de 2014 – incluindo a final do evento –, um processo de reordenamento e de transformação interna que superou o conjunto de reformas urbanísticas adotadas pelo prefeito Pereira Passos em sua gestão entre 1902 e 1906.

Entretanto, cabe refletir se essas transformações atenderam aos interesses da sociedade e que políticas acompanharam essas transformações. Um dos marcos que acompanhou o processo de readequação da cidade do Rio de Janeiro para os grandes eventos, foi o discurso adotado pelo prefeito Eduardo Paes (2008-2016) de implementar o chamado “Choque de Ordem”.

Ao longo do texto mostraremos como esse discurso permeia os grandes projetos urbanos pós Olimpíadas de Barcelona (2002). Esses

projetos urbanísticos se apresentaram como uma nova dinâmica de circulação e acumulação capitalista, como bem aponta João Sette Whitaker Ferreira<sup>2</sup>. Entretanto, tais projetos demandavam a expulsão dos indesejáveis para fora dessa bolha especulativa.

Nesse sentido, analisar como se dá a estruturação desse duplo processo, o reordenamento urbano e a implantação do “choque de ordem” é o eixo norteador do presente artigo. Ainda que não se apresente como um ponto focal no artigo, buscar-se-á estudar como a sociedade carioca foi lida em relação ao choque de ordem. Quais as narrativas se tornaram centrais, visando construir uma imagem de eficácia e de imperiosa necessidade do controle social visando adequar a realidade da cidade aos grandes eventos.

E quais os motivos para analisar a narrativa apresentada pela mídia? Assumindo o papel de legitimadora das políticas urbanísticas, a mídia passou a defender a contenção da ação dos que se encontravam distantes do espaço ordenado do capitalismo e, a apoiar intervenções públicas que regulassem a esfera pública.

O emprego da mídia demanda uma análise do discurso que permita desvelar o que se encontra oculto. A análise do discurso do jornal O Globo, o de maior circulação no Rio de Janeiro será a base da avaliação dessa pesquisa. Utilizar a análise do discurso e perceber o olhar ideológico no texto será uma das preocupações da pesquisa. Como nos aponta Fiorin, é preciso perceber que as

representações ideológicas moldam o discurso, mas que há uma relativa autonomia da linguagem em relação à ideologia, ou seja, que o nível linguístico não se reduz ao nível ideológico, implica distinguir níveis e dimensões do discurso e os componentes de cada nível (Fiorin, 1988: 7).

Cabe lembrar que o discurso da mídia não é um discurso isento de valores, ele se apresenta como portador de um projeto de mundo. Ele se vincula a realidades sociais específicas

e retrata a defesa desses valores. Nesse sentido, Bakhtin vai assinalar a função da fala, das palavras, completaríamos, do próprio texto, na medida em que

<sup>2</sup> Ferreira, J.S.W. Apresentação: um teatro milionário. In: Rolnik R. et al. (orgs.). *Brasil em Jogo. O que fica da Copa e das Olimpíadas*. SP: Boitempo, 2014: 8.

não são palavras o que o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida (Bakhtin, 1986: 95).

Na análise do discurso será possível perceber o contexto da valorização do controle social como instrumento eficaz que garante a segurança e a potencialização de investimentos para a cidade do Rio de Janeiro. Os grandes eventos eram, portanto, percebidos como canalizador de investimentos externos para a cidade e o país. As novas demandas do capitalismo em sua fase globalizante resultou num reordenamento da geração de mais-valor e de reprodução do próprio capital. Nesse sentido, considerando as novas dinâmicas pós fordistas, o capital buscou se flexibilizar gerando novas formas de expansão que vão transcender a própria esfera da produção de bens materiais (Postone, 2014).

A volatilidade do capital que se fortalece enquanto especulativo, sinalizam as novas dinâmicas da reprodução e expansão dos mercados globais. A padronização estética das cidades mediante um conjunto de reformas que imprimissem uma marca globalizada dar-se-ia não só mediante investimentos em transpor-

tes públicos e na recuperação de áreas degradadas, mas também na construção de novos espaços que integrassem valor agregado de forma permanente, tais como museus e centros gastronômicos / comerciais.

Entretanto, era necessário nesse processo deslocar as camadas populares e os excluídos urbanos dessas áreas. Um processo de expulsão representou a elitização de áreas até então vinculadas às camadas populares, criando ilhas de conforto e segurança aos novos atores sociais que nela passariam a frequentar. A proposta de choque de ordem, ao defender o controle social dos espaços públicos, buscou disciplinar a sociedade carioca, considerando as demandas do processo de adequação do Rio de Janeiro aos investimentos visando os grandes eventos.

Nesse sentido, o artigo busca contribuir para o debate desses temas.

## 1 Tessitura da cidade moderna capitalista

“A ideia de domínio e produção racional do futuro, a partir do planejamento urbano, se desenvolveu da visão inicial do século XIX – em que o urbanismo procuraria depurar os problemas gerados na cidade pela nova ordem social, criando a cidade-jardim – para a visão dominante do século XX, a cidade-eficiente – na qual o todo urbano depende de seus elementos interarticulados e que o planejamento urbano identifica patologias e prevê demandas geradas pelo crescimento – até a visão do urbanismo como um tratamento de choque para um novo começo social”

Carlos Lessa

O processo de reordenamento do espaço

urbano da cidade do Rio de Janeiro para aten-

---

<sup>3</sup> Os Jogos Panamericanos, realizados em julho de 2007; os Jogos Mundiais Militares, disputados em julho de 2011; a Conferência das Nações Unidas “Rio + 20 - Desenvolvimento Sustentável”, ocorrida em junho de 2012; a Copa das Confederações, realizada em junho de 2013 (que envolveu outras cinco cidades brasileiras, além do Rio de Janeiro); a Jornada Mundial da Juventude, evento religioso internacional, que inclui a visita do recém entronizado

Papa Francisco, realizada em julho de 2013; a quinta edição do festival musical Rock in Rio, realizado em setembro de 2013; a copa do mundo de futebol, em curso desde 12 de junho do ano corrente; a comemoração dos 450 anos da cidade, que será realizada em 01/03/2015; as Olimpíadas, que serão realizadas em 2016.

der o calendário de grandes eventos esportivos que se iniciou em, 2007, na cidade do Rio de Janeiro, não é uma inovação<sup>3</sup>.

Esse processo se insere na dinâmica de readequação das cidades ao modelo urbano implementado no século XIX pela burguesia europeia, em especial, nas cidades de Londres e Paris. Neste modelo, a cidade europeia que se apresentava como herdeira da cidade medieval, concentrava moradias com ruas estreitas, num espaço marcado pela pouca higiene, baixa claridade e, com o advento da industrialização, um espaço favorável às revoltas operárias que com facilidade forjavam barricadas e enfrentavam as autoridades constituídas.

fábricas de curtumes, mais longe ainda tinturarias, fábricas de artigos de osso e fábrica de gás cujas águas usadas e detritos vão todos parar ao Irk que, além disso, recolhe o conteúdo dos esgotos e das retretes que nele desembocam. Podemos pois imaginar a natureza dos resíduos que se acumulam no rio (Engels, F. 1975: 85).

A descrição de Engels sobre Londres também é expressiva. Em seu relato somos leva-

empedrado das ruas principais, de a custo termos aberto passagem através da multidão, das filas sem fim de carros e carroças, depois de termos visitado os “bairros de má reputação” desta metrópole, só então começamos a notar que os londrinos tiveram que sacrificar a melhor parte da sua qualidade de homens para realizarem todos estes milagres da civilização de que a cidade regorgita (...) (Engels, F., 1975: 56).

A multidão! Novo personagem que entra em cena. As cidades crescem. Habitantes do campo para elas se dirigem objetivando emprego no novo setor em expansão: o industrial. As ruas pequenas e estreitas se tornam obstáculos para a livre circulação de pessoas e mercadorias. O desemprego cresce, na me-

imagem de grandeza assustadora: aquela de homens fazendo valer suas exigências através do controle das instituições “políticas; pondo, portanto na ordem do dia o assédio e a ocupação das praças e dos edifícios públicos. O espectro das multidões incontroláveis dos anos revolucionários faz-se presente a cada momento da vida cotidiana, como força em repouso de uma sociedade que se autoconcebe constituída sobre o marco do acolhimento da pobreza no campo da política (Bresciani, Maria Stella, 1982: 109/110).

Além disso, num momento de avanço e consolidação do modo de produção capitalista, nos bairros em que se encontravam sedes de bancos e de grandes empresas, encontravam-se também moradias, entre elas, as de trabalhadores de baixa renda. Uma cidade desordenada e caótica um aglomerado de pessoas transitando em ruas de calçamento precário, tão estreitas que obrigava os pedestres a circularem no meio de carroças e outros veículos.<sup>4</sup>

O efeito da acelerada industrialização, começava a cobrar seu preço. Engels, ao descrever a cidade de Manchester assinalava que das margens do rio Irk, viam-se

dos a passear num contexto onde após andarmos pelo

didada em que nem todos que para as cidades se dirigem conseguem se alocar num trabalho.

No rastilho do desespero, as ruas são tomadas por barricadas. O capitalismo conhecerá o ardor libertário da classe operária, especialmente, mas não somente, em Paris. Essas jornadas revolucionárias assustam a burguesia, para ela, existe uma

<sup>4</sup> Conferir: Bresciani, Maria Stella M. *Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza*. SP, 1982.

Em Marx, as jornadas revolucionárias são o espelho de um momento onde os desejos de mudança social,

encontram-se em constante autocrítica, interrompem continuamente sua própria marcha, retornam ao que aparentemente conseguiram realizar para começar tudo de novo, zombam de modo cruel e minucioso de todas as meias medidas, das debilidades e dos aspectos deploráveis das suas primeiras tentativas, parecem jogar o seu adversário por terra somente para que ele sugue dela novas forças e se reerga diante delas em proporções ainda mais gigantescas (...) (Marx, Karl, 2011: 30).

A multidão se torna o perigoso ator da revolução. Nesse sentido, se desenvolve um duplo discurso: o da necessidade de uma cidade limpa de doenças e de seus agentes perigosos, isto é, os revolucionários. Para isso foram adotadas políticas urbanas para reestruturar a cidade de Paris e limitar a circulação das “classes perigosas”, isto é, o proletariado revolucionário e os outros que não se enquadram na nova ordem burguesa.

As reformas de Haussman buscam atender a demanda por ordem. Grandes e largas avenidas permitem o deslocamento de tropas para conter revoltas, parques ocupam a cidade criando áreas de lazer para a burguesia, as ruas se transformam permitindo ao cidadão passear, olhar e consumir. Surge o *flâneur* tão bem descrito por Walter Benjamin.

O *flâneur* é um observador onde a

vida em toda sua diversidade, em toda a sua inesgotável riqueza de variações, só se desenvolva entre os paralelepípedos cinzentos e ante o cinzento pano de fundo do despotismo: eis o pensamento político secreto da escritura de que faziam parte as fisiologias (Benjamin, 1994: 35).

A rua como espaço de consumo. A galeria, território livre para o *flâneur*, como o shopping Center hoje. A cidade como espaço circulacional das mercadorias e dos consumidores. Se em Paris a revolução é o que assusta, em Londres a própria multidão, a *mob*, pro-

move o desejo de ordem. Essa multidão é associada à marginalidade, à pobreza, ao outro que deve ser escondido, impedido de circular livremente. Edgar Allan Poe nos mostra como era percebida a *mob*.

Há não muito tempo, ao fim de uma tarde de outono, estava eu sentado ante a grande janela do Café D..., em Londres. (...) Com um charuto entre os lábios e um jornal ao colo, divertira-me durante a maior parte da tarde, ora espiando os anúncios, ora observando a promíscua companhia reunida no salão, ora espreitando a rua através das vidraças esfumaçadas (Poe, 2012: 258).

Poe se apresenta como um observador caracterizado pelo olhar abstrato e generalizante que, num segundo momento, passa a observar as pessoas que caminham ao largo da reconfortante e protegida grande janela do café.

Em um dado momento, seu olhar abandona e se desloca a da escala do que seria a “gente de bem” avançando para especulações mais impactantes e sombrias. Nela constatou que circulavam ante seus olhos

atrevidos mendigos profissionais hostilizando mendicantes de melhor aparência, a quem somente o desespero levava a recorrer à caridade noturna; débeis e cadavéricos inválidos, sobre os quais a morte já estendera sua garra (...); mocinhas modestas voltando para seus lares taciturnos após um longo e exaustivo dia de trabalho (...); a menina de formas imaturas, mas que,

mediante longa associação, já se fizera adepta das terríveis coqueterias próprias de seu ofício e ardia de inveja por igualar-se, no vício, às suas colegas mais idosas; bêbados inúmeros e indescritíveis (...) além desses todos, carregadores de anúncios, moços de frete, varredores, tocadores de realejo, domadores de macacos ensinados, cantores de rua, camelôs, artesãos esfarrapados e trabalhadores exaustos(...) (Poe, 2012: 259/260).

Sem contar os batedores de carteiras e outros larápios que desfilavam aos olhos de nosso observador em sua janela no café. Essa turba maltrapilha se apresentava como um perigo aos interesses do capital. Seria necessário construir um novo modelo de cidade que deslocasse essa “turba” para fora do olhar da assim chamada “gente de bem”. A cidade deixava de ser um espaço do convívio integrador e se transformava em ilhas fragmentadas de

exclusão social. Por um lado, tal política implicou num confinamento de anseios e propostas populares que em determinados momentos, resultam em explosões de revoltas e de ações reivindicatórias.

O deslocamento da população pobre das áreas nobres das cidades resultou numa reordenação urbanística que favoreceu a esfera reprodutiva capitalista.

Nesse sentido,

o capitalismo está eternamente produzindo os excedentes de produção exigidos pela urbanização. A relação inversa também se aplica. O capitalismo precisa da urbanização para absorver o excedente da produção que nunca deixa de produzir. Dessa maneira, surge uma ligação íntima entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização (Harvey, 2014: 30).

Ao mesmo tempo, estimulou a especulação imobiliária – uma das formas de reprodução do capital em sua ligação íntima com políticas de urbanização – afetando diretamente a qualidade de vida das classes mais empobrecidas.

A especulação avança com o processo de

gentrificação de áreas de classe média, mas também, em bairros considerados populares que vivem uma alta de preços no comércio local, expulsando-os perversamente para regiões mais e mais periféricas. Já no século XIX, Engels assinalava que a

expansão das metrópoles modernas confere ao terreno situado em certas áreas, especialmente nas mais centrais, um valor artificial, que com frequência aumenta de forma colossal; os prédios construídos nelas, em vez de elevar esse valor, acabam pressionando-o para baixo, porque não correspondem mais às novas condições; eles são demolidos e outros são construídos em seu lugar (Engels, F. 2015: 39).

Além disso, as camadas populares seriam realocadas para a periferia, vivendo a constante ameaça da perda de sua moradia por conta dos elevados preços de aluguéis. E Engels não conheceu a realidade urbana do século XX no Brasil, onde as camadas populares eram expulsas não para a periferia, mas sim, para as favelas, excluídas de quaisquer direitos básicos de cidadania e urbanidade.

Nesse sentido, a reprodução do capitalismo e a segurança para o capital se apresentam como, dois lados de uma única moeda, determinando as zonas de exclusão e políticas de contenção ordenadas pelo Estado.

A associação entre a cidade e o caos trouxe como consequência, a valoração de políticas de contenção e controle. Vigarello aponta:

Magistrados e policiais participam do processo pedagógico da sociedade industrial e urbana: ampliar os controles, integrar os recém chegados à cidade, inventar uma moral para a massa. Para isso usam o projeto “moralizar e instruir” perseguido pelas elites dos últimos decênios do século (XIX), fazer uma “lei de ouro”, centenas de vezes estudadas (Vigarello, 1998: 240)

Nada de novo no front urbano de uma cidade chamada Rio de Janeiro. Os chamados grandes eventos esportivos – Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016 – reforçaram o processo de absorção do excedente de capital permitindo uma reformulação na paisagem urbanística da cidade do Rio e Janeiro, como também, fortaleceram a implementação de uma nova política de segurança urbana, denominada “Choque de Ordem”.

## 2 O Choque de ordem e o discurso ordenador

A proposta de alinhamento das estruturas políticas, administrativas e econômicas cariocas às exigências das entidades internacionais que organizam tais eventos (Fifa, Coi etc.) remontam, pelo menos, desde o início da primeira gestão do prefeito Cesar Maia, oportunidade em que pela primeira vez se discutiu um plano estratégico para a cidade como aponta Vainer (2011).

Ainda nessa oportunidade, sob o pretexto da inclusão da cidade maravilhosa no seletorol das cidades ditas globais ou globalizadas - aquelas que teoricamente são capazes não apenas de atrair para si grandes eventos esportivos, mas, sobretudo, capazes de atrair também altos investimentos, preferencialmente de grandes conglomerados empresariais e/ou financeiros internacionais -, foi solicitada, para tal empreitada, a consultoria de especialistas catalães<sup>5</sup>.

Entre altos e baixos políticos, essa proposta foi a tônica dos diferentes governos que sucederam a primeira gestão Cesar Maia (1993-1996) na prefeitura carioca. Contudo, foi no início do primeiro mandato do atual prefeito, o Sr. Eduardo Paes, que os resultados mais expressivos dessa nova forma de

fazer e pensar política urbana foram materializados, com especial destaque para a escolha da cidade que seria a sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016.

Mantendo a benção dos consultores catalães, bem como de uma inusitada e frágil aliança política entre as três esferas do executivo nacional (Federal, Estadual e Municipal), a cidade foi escolhida como sede de tais eventos esportivos, signos maiores de que trilha os últimos passos em direção à globalidade e, conseqüentemente, da sua habilitação como suposto porto seguro para grandes investimentos internacionais.

Ocorreu que, o preço político de tal escolha foi o acirramento de nossa já consagrada exclusão das camadas populares do debate político. Aliás, de acordo com David Harvey, o processo de empresariamento das cidades, que marca a gestão neoliberal das mesmas, renega intensamente os espaços urbanos enquanto arenas privilegiadas do debate político e da consolidação da cidadania. Como nas grandes corporações empresariais, é preciso que toda ação seja resultado de um consenso prévio (Harvey, 1996).

Sob a égide das diretrizes determinadas

---

<sup>5</sup> Como catalães, designamos um conjunto de autores que, através de consultorias e publicações, vêm divulgando a experiência das olimpíadas de Barcelona (1992) e as supostas vantagens do modelo de planejamento adotado naquela cidade na preparação para tal evento. Na cidade do Rio de Janeiro, nas últimas duas décadas, eles foram os principais consultores da administração na disputa para se-

diar grandes eventos esportivos. Em brevíssima síntese, o planejamento estratégico urbano defendido por essa escola tem como linha mestra a adaptação da base do modelo de planejamento estratégico oriundo do setor privado para o setor público.

pelo Consenso de Washington<sup>6</sup>, as cidades passam a ser compreendidas como espaço exclusivo da valorização e da financeirização do capital. Ou seja, são agora entendidas como típicas empresas, portanto, em contínua e aguerrida competição pela atração de capitais (principalmente os estrangeiros) e, com isso, sua inserção, ainda que servil, no mercado global.

Assim, não se trata de mudanças meramente conjunturais da cidade do Rio de Janeiro, mas sim, de uma nova forma de administração urbana, cujo principal objetivo é a entrega quase que completa da cidade aos interesses capitalistas, e que tem como porta principal de entrada a realização de megaprojetos.

Afinal, é exatamente nesse contexto que os grandes eventos esportivos tomam especial relevância, haja vista que esses são oportunidades ímpares de aporte de investimentos internacionais. Isso em um ambiente onde os organismos internacionais que administram esses eventos fragilizam toda sorte de legislação tributária, previdenciária e trabalhista do país receptor dos jogos, bem como impõe ao país anfitrião os gastos com estrutura, segurança entre outros ônus que circunscrevem os investimentos.

Destarte, os grandes eventos, sobretudo os esportivos, foram eleitos como a oportunidade ideal de legitimação da ótica empresarial-estratégica no meio urbano. As paixões, os orgulhos e os sentimentos de pertencimento e vitória que envolve tais eventos sublimam a imposição de uma ótica inteiramente privada no governo das cidades e países que os re-

cebem, são oportunidades de grandes investimentos de dinheiro público, sem grandes contestações, em obras e atividades de viés estritamente privado.

Especificamente no caso da cidade do Rio de Janeiro, para garantir a estabilidade e a permanência dos investimentos que se supõe atrair enquanto cidade global, diversas políticas públicas que negam a cidadania, em especial as manifestações junto às parcelas mais empobrecidas da população, foram implementadas através da Prefeitura municipal, do Governo do Estado do Rio de Janeiro e do Governo Federal, conveniados entre si ou não, e por acordos entre esses e diferentes instituições privadas.

Dentre essas políticas, destacamos a implementação das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) nas favelas que integram o cinturão turístico e cultural da cidade, bem como nas comunidades marginais das principais vias que levam a esse; a remoção de diversas favelas das áreas de alto grau de interesse imobiliário-especulativo; a revitalização da zona portuária (Projeto Porto Maravilha); o cercamento das favelas da Zona Sul da cidade sob o pretexto de conservação ambiental; e, em especial, a política de ordenação do espaço urbano, popularmente conhecida como Choque de Ordem.

O que ficou patente foi a percepção de como o discurso oficial do planejamento urbano na cidade do Rio de Janeiro, em diversos momentos históricos e através de diferentes formas documentais buscou somente identificar, analisar e superar os problemas da ci-

<sup>6</sup> Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados – FMI, Banco Mundial e BID – especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo *Institute for International Economics*, sob o título “*Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*”, era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. Às conclusões

dessa reunião é que se deu, subsequentemente, a denominação informal de “Consenso de Washington”. Estas conclusões, de caráter neoliberal, acabaram por influenciar o comportamento das agências internacionais, que criaram regras para a concessão de crédito, por exemplo, a países que necessitam de recursos junto ao FMI. Também serviu para que agências como a *Moody's*, *Standard & Poor's*, *Fitch*, estabelecessem critérios de monitoração e pontuação relacionados a investimentos e compra de papéis em diversos países.

dade<sup>7</sup> e, que se apresenta, na verdade, como um importante componente ideológico de dominação da classe dirigente sobre a classe dominada.

Pretendemos demonstrar como o discurso urbanístico funciona, na realidade, como uma típica forma ideológica que, assim como a re-

a produção de ideias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens surge aqui como emanção direta do seu comportamento material. O mesmo acontece com a produção intelectual, quando esta se apresenta na linguagem das leis, da política, da moral, da religião, da metafísica, etc., de um povo. São os homens que produzem as suas representações, as suas idéias, etc., mas os homens reais, atuantes e tais como foram condicionados por determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhes correspondem, incluindo até as formas mais amplas que estas podem tomar. (...) os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante em dada sociedade é também a potência dominante espiritual (Marx, e Engels, 1977: 25-26 e 55-56).

Sendo o urbanismo uma típica ciência humana, ele encontra-se umbilicalmente vinculado às condições materiais de vida que o geram. Assim, toda leitura que o classifique como um sistema de pensamento alheio e indiferente à realidade histórica que o cria e determina somente reforça seu papel ideológico.

Dessa forma, considerando o peso simbólico da cidade do Rio de Janeiro no cenário nacional, mesmo após a perda do posto de capi-

tação, o direito, a filosofia, a moral, as teorias políticas etc., impede a percepção completa da realidade e, por isso, retarda a organização proletária em direção à revolução.

Sobre essa temática, Marx e Engels escreveram:

tal da federação<sup>8</sup>, não podemos deixar de destacar que as questões urbanísticas tratadas adiante, apesar de serem as operadas especificamente nessa cidade, são também, em grandiosa medida, a síntese do desenvolvimento do planejamento urbano no Brasil.

De outro lado, para que não haja nenhuma dúvida sobre ao que nos referimos quando falamos em planejamento urbano, frise-se que adotamos conceito dominante entre nós, a sa-

---

<sup>7</sup> Sobre a utopia positivista que orienta o planejamento urbano, o Professor Flávio Villaça destaca que: “todo o pensamento urbanístico produzido pelos socialistas utópicos (Owen ou Forrier) e pelos tecnocratas, como Ebenezer Howard, Le Corbusier, Agache, Doxiadis, ou pela *Carta de Atenas*, que veio nutrir a ideologia do plano diretor, todo esse pensamento baseia-se na crença de que na ciência (o diagnóstico e o prognóstico científicos) e na técnica (o plano diretor) é que estava a chave da solução dos ditos problemas urbanos”. (Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: *O processo de urbanização no Brasil*. Deák, Csaba; Schiffer, Sueli Ramos (Orgs.) São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010, p. 187).

<sup>8</sup> Sobre o passado e o presente da centralidade cultural e política da cidade do Rio de Janeiro, Hiran Roedel destaca o seguinte: “falar sobre a história de uma cidade é sempre um exercício desafiador pela complexidade que envolve o

tema. Quando essa cidade é o Rio de Janeiro, uma cidade cosmopolita, o desafio não é menor. O seu papel central na vida política brasileira, ao longo de vários séculos, implicando na organização de mecanismos de articulação tanto com o interior do país quanto com o exterior, supõe uma posição de destaque na interferência da identidade carioca sobre o imaginário social nacional, o que amplia ainda mais o campo de influência da cidade do Rio (...) mesmo após a transferência da capital a cidade prosseguiu, de forma significativa, alterando hábitos lançando modas, interferindo e reorientando costumes. A sua posição no imaginário social possibilita que as mobilizações, nos planos político e cultural, fossem propagadas pelo País com maior facilidade do que se partissem de outras regiões” (Uma cidade de muitos lugares. In: *Rio de Janeiro: panorama sociocultural*. Vieira, Fernando; Roedel; Hiran (Orgs.) Rio de Janeiro: Rio, 2004, p. 19-56).

ber: planejamento urbano enquanto a intervenção preordenada e particularizada do Estado no espaço intraurbano, ou seja, suas ações específicas e racionais em determinada cidade.

Desse modo, afastamos tanto as ações estatais que abrangem de maneira ampla diversos espaços intraurbanos, mas também as intervenções públicas que atingem isoladamente apenas um espaço intraurbano, porém não são precedidas de planejamento e organização.

Nesse sentido, esse ensaio apresentou uma preocupação teórica específica. Afinal, enquanto investigação histórica, seu objetivo último é compreender o presente, no caso a política de ordenação urbana em curso no Rio de Janeiro, principalmente sua natureza, seu verdadeiro papel, sua sobrevivência e suas transformações. Em suma, sua produção e reprodução.

A desordem urbana é o grande catalisador da sensação de insegurança pública e a geradora das condições propiciadoras à prática de crimes, de forma geral. Como uma coisa leva a outra, essas situações banem as pessoas e os bons princípios das ruas, contribuindo para a degeneração, desocupação desses logradouros e a redução das atividades econômicas. Com o objetivo de pôr um fim à desordem urbana, combater os pequenos delitos nos principais corredores, contribuir decisivamente para a melhoria da qualidade de vida em nossa Cidade, foi criada a operação choque de ordem<sup>11</sup>.

Nesse contexto, a presença popular e suas estratégias de sobrevivência se tornam um empecilho, ou melhor, um ônus ambiental a ser escondido. O choque de Ordem prepara o terreno para as grandes negociações imobiliárias e financeiras e, por isso, aspira a controlar o espaço urbano ao impedir a presença dos considerados indesejados.

No bairro do Recreio, região praiana da Zona Oeste do Rio de Janeiro, o choque de or-

### 3 Percepções midiáticas do Choque de ordem

Um dos atos inaugurais do primeiro mandato do prefeito do Município do Rio de Janeiro (2009-2017), Eduardo Paes, foi a criação da Secretaria Especial de Ordem Pública (SEOP)<sup>9</sup>, cuja principal função seria a de “ordenar o espaço público, fazendo valer as leis e o código de postura municipal”<sup>10</sup>. Para tanto, promove diariamente ações contra o comércio informal, estacionamento de veículos em locais proibidos, moradores de rua, construções irregulares, eventos culturais sem aviso prévio, motoristas em situação irregular etc.

Esse largo conjunto de ações foi denominado, pela própria Secretaria Especial de Ordem Pública, como “Choque de Ordem” e tem como justificativas centrais a superação da sensação de insegurança na cidade, o combate aos pequenos delitos em suas vias e o seu aperfeiçoamento comercial. Vejamos:

dem atuava no combate aos estacionamentos irregulares e, especialmente, nas construções irregulares. Em 04 de setembro de 2011, o jornal carioca, O Globo publicou que “O choque de ordem é insuficiente no Recreio. Alertada, prefeitura faz operação é multa dez carros”.

A reportagem descreve a operação na Avenida Gilka Machado, uma das principais do bairro:

<sup>9</sup> Inicialmente, a SEOP tinha caráter temporário, assim, seu funcionamento seria restrito ao ano de 2009, porém, antes mesmo que tal período expirasse, a administração enviou mensagem para a câmara municipal solicitando a permanência *sine die* da pasta; sugestão que foi aprovada por amplíssima maioria pela casa legislativa carioca.

<sup>10</sup> [www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=87137](http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=87137) – sítio acessado no dia 31 de agosto de 2012, às 11h.

<sup>11</sup> [www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=87137](http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=87137) – sítio acessado no dia 31 de agosto de 2012, às 11h 15min.

A avenida já foi alvo de várias operações da Seop, que chegou a demolir imóveis irregulares, como um prédio de cinco andares na esquina com a Estrada do Pontal. Hoje, o terreno está abandonado e moradores do entorno temem que seja invadido. Além disso, a via continua apinhada de pequenos pontos comerciais improvisados. Comerciantes irregulares fazem gatos de água e luz (*O Globo*, 04/09/2011).

As ações da Secretaria de Ordem Pública impactam a sociedade. Os moradores do Recreio temiam que o terreno antes ocupado pelo prédio, se tornasse um foco de ratos, mosquitos e fosse ocupado, não por sem tetos, mas sim, pelo narcotráfico. A operação foi feita, sem considerar as demandas dos que viviam na região. Além disso, para que a operação fosse realizada, cerca de 2000 servidores eram deslocados de outras funções afetando a qualidade do atendimento ao cidadão.

Presidente da Sociedade de Amigos da Rua da Carioca e Adjacências (Sarca), Roberto Cury diz que os comerciantes criticam a operação por deixar fora ruas com grande movimentação de camelôs. Segundo ele, a presença de comércio ilegal nessa área chega a reduzir o lucro dos lojistas em 30% (*O Globo*, 06/09/2011).

A praia também se tornou alvo da operação, afetando inclusive os trabalhadores legalizados. Em 18 de março de 2010, *O Globo*

Faltar ao trabalho na praia ou delegar o serviço a terceiros poderá custar a licença aos barraqueiros da orla. A Secretaria Especial da Ordem Pública (Seop) conclui, nos próximos dias, o ranking, feito ao longo do verão, enumerando os mais assíduos e os mais ausentes. O objetivo é punir os vendedores que, apesar de licenciados, apresentam baixa frequência ou entregam as barracas a pessoas não cadastradas. A lista de presença começou a ser feita em dezembro, junto com a operação Choque de Ordem, que, nesta quinta-feira, começou a ser feita também em Copacabana e no Leme. Quem não explicar faltas terá o alvará suspenso (*O Globo*, 18/03/2010).

Ao empregar os meios de comunicação de massa, a estratégia da prefeitura foi difundir o discurso que relaciona pobreza e criminalidade no imaginário social, legitimando as ações violentas do Estado necessárias à adequação da cidade ao urbanismo estratégico.

A aceitação de reiteradas experiências de políticas de criminalização da pobreza, baseadas no mito de que se vive um conflito social semelhante a uma guerra, ainda que em nível municipal, revela a facilidade com que a população carioca internaliza o discurso de lei e

Um dos alvos centrais do choque de ordem são os trabalhadores que vivem do comércio ambulante. Dois dias depois da reportagem sobre o Recreio, *O Globo* apontava a operação no Centro do Rio e o “benéfico” impacto da mesma: A migração de camelôs das ruas onde estavam implantadas as UOP’s (Unidade de Ordem Pública) para ruas menores. A opinião do presidente da associação comercial da região sinaliza quem se beneficia da nova política:

noticiou que a prefeitura iria cassar as licenças dos “barraqueiros” que tivessem elevado índices de faltas nas praias.

ordem a qualquer custo, inclusive o de diminuição e/ou de cessação de direitos e até de tolerância ou “desejo” de eliminação de “certas” vidas humanas.

Esse contexto é corroborado pelas representações lineares construídas pela mídia em torno do “mito das classes perigosas”, servindo como justificativa para o investimento massivo numa política cada vez mais coercitiva. Nessa perspectiva, o debate sobre o enfrentamento efetivo dos problemas sociais cotidianos da cidade é omitido, dando vazão a

simulacros solucionais calcados na punição e exclusão das classes subalternizadas.

Essa concepção extremamente autoritária de cidade considera os trabalhadores informais, moradores de rua, movimentos populares com foco no debate e superação dos problemas urbanos, elementos que devem ser “recolhidos” e “enviados” para longe das áreas de maior interesse capitalista. Afinal, não há espaço para suas práticas e demandas na cidade-negócio,

Logo, as demandas dos grupos atingidos pelo Choque de Ordem são as que o urbanismo estratégico classifica como de baixa relevância social. Tais grupos são considerados apenas sob a perversa ótica do entrave paisagístico-ambiental à realização das negociações abertas pela realização dos grandes eventos esportivos e ao paradigma de cidade reclamada por seus organizadores.

Nesse sentido, o “choque de ordem” não é uma política pública isolada, ao contrário, integra um amplo conjunto de políticas públicas cujo objetivo maior é a preparação da cidade para realização dos grandes eventos esportivos. Como exemplos sintomáticos dessas políticas, podemos citar: a revitalização da zona portuária da cidade, a remoção de moradias populares localizadas em áreas de alto interesse imobiliário, a instalação de diversas Unidades de Polícia Pacificadora.

Ainda hoje, a política de Choque de Ordem, ao lado de diversas outras políticas de mesma inclinação, materializa o aporte do urbanismo estratégico na cidade do Rio de Janeiro, e, portanto, viola toda sorte de direitos, sobretudo os da classe subalternizada, em nome do lucro.

## Conclusão

Ao longo do texto foi possível analisar o sentido do processo de remodelação da cidade do Rio de Janeiro atendendo às demandas dos grandes eventos. Nesse sentido, visando garantir as novas formas de acumulação capitalista, passou a ser necessária a formulação de um conjunto de obras urbanísticas e arquitetô-

nicas adequando a cidade aos interesses que caminhavam *pari passu* com os eventos.

Nesse sentido, o caráter dinamizador da nova forma de acumulação capitalista demandou uma nova configuração espacial e circulatorial da cidade em seu conjunto. Assim como na segunda metade do século XIX, passou a ser central a exclusão das camadas populares e seu controle evitando sua livre circulação nas novas áreas reformadas. Se na Paris do século XIX, as imagens desse processo de “higienação” do centro econômico e a formação de um novo ator urbano, o *flâneur*, nos foram apresentados nos relatos e textos de autores variados, como Baudelaire e Poe, no Rio de Janeiro do século XIX, restou-nos os relatos da mídia.

Cumprindo seu papel de instrumento legitimador da ordem, a mídia carioca assume a defesa das políticas de exclusão das camadas populares das áreas a serem regeneradas pelas obras ligadas aos grandes eventos. Com um discurso centrado na defesa da ordem, a mídia resgata, ainda que não de forma explícita, o discurso higienista de fins do século XIX e início do século XX.

Nesse contexto, não se coloca em pauta a quem pertence a cidade ou de que forma ela busca integrar seus cidadãos excluídos, mas sim, que nas áreas consideradas nobres ou de turismo, caberia ao estado intervir e expulsar os miseráveis e excluídos. Ao mesmo tempo, valorizam-se áreas então consideradas degradadas para novos empreendimentos imobiliários, criando novas zonas de inversão de capital e de especulação monetária.

O Rio de Janeiro em nada se distanciou dos processos que se iniciaram em Barcelona, no ano de 1992, e que avançaram ao longo das últimas décadas nas cidades em que ocorreram os grandes eventos.

## Bibliografia

- Bakhtin, M (1986). *Marxismo e filosofia da linguagem*. SP: HUCITEC.
- Benjamin, W. (1994). *Obras escolhidas III*.

- Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. SP: Brasiliense.
- Bresciani, M. (1982). *Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza*. SP: Brasiliense.
- Engels, F. (1975). *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*. Porto: Afrontamento.
- Engels, F. (2015). *Sobre a questão da moradia*. SP: Boitempo.
- Ferreira, J. (2014). Apresentação: um teatro milionário. In R. Rolnik et al. (orgs.), *Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?*. São Paulo: Boitempo.
- Fiorin, J. (1988). *O Regime de 1964. Discurso e ideologia*. SP: Atual.
- Harvey, D. (1996). Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Revista Espaços e Debates*, ano XVI(39).
- Harvey, D. (2005). *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume.
- Harvey, D. (2014). *Cidades rebeldes. Do direito à cidade à revolução urbana*. SP: Martins Fontes.
- Lessa, C. (2004). Trajetórias da cidade moderna. In F. Vieira & H. Roedel (orgs.), *Rio de Janeiro: panorama sociocultural*. Rio de Janeiro: Rio.
- Marx, K. (2011). *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. SP: Boitempo.
- Marx, K. & Engels, F. (1977). *A ideologia alemã*. São Paulo: Grijalbo.
- Poe, E. (2012). *Histórias extraordinárias*. SP: Cia das Letras.
- Postone, M. (2014). *Tempo, trabalho e dominação social*. São Paulo: Boitempo.
- Roedel, H. (2004). Um cidade de muitos lugares. In F. Vieira & H. Roedel (orgs.), *Rio de Janeiro: panorama sociocultural*. Rio de Janeiro: Rio.
- Vainer, C. (2011). Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao planejamento urbano da cidade do Rio de Janeiro. In O. Arantes, C. Vainer & E. Maricato (orgs.), *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Vigarello, G. (1998). *Histoire de viol. XVI – XX siècle*. Paris: Seuil.
- Villaça, F. (2010). Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In C. Deák & S. Schiffer (orgs.), *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo.